

Pedro Cardim, Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime, Lisboa, Cosmos, 1998.

As cortes foram o mais prestigiado dos «órgãos naturais de representação» do Antigo Regime (p. 21), mas é tarefa vã tentar encontrar nelas sinais das actuais instituições parlamentares, que elas não prefiguram nem deixam antever. Tais instituições só são inteligíveis à luz do universo político do Antigo Regime, cuja lógica o seu estudo ajuda a desvendar. É por isso que o título deste livro não nos fala apenas de cortes mas igualmente de cultura política. Nele o autor dá a conhecer muito sobre as cortes —as suas atribuições, como eram preparadas, quem lá estava, o que lá se discutia, como é que o evento era divulgado — mas também (se calhar, principalmente) sobre esse universo político «estrangeiro», onde gestos e palavras que parecem familiares vão adquirindo os mais inesperados significados. Igualmente notável é o seu contributo para desfazer alguns equívocos sobre o significado das cortes no sistema político moderno, muitos deles decorrentes da apropriação ideológica do tema pela doutrina e historiografia do liberalismo (ver as «considerações finais» do livro). Se a tudo isto juntarmos as reflexões que faz sobre as sucessivas releituras de que as cortes foram sendo objecto durante o século xvii (ao sabor das conjunturas políticas de então), a explicação que dá sobre a recente recuperação

das cortes como objecto historiográfico e o extenso roteiro bibliográfico que a acompanha, obtemos, com a leitura do seu livro, não somente a compreensão da «maneira de ser» complexa e multifacetada das cortes, mas também do contar da sua história.

As cortes ocasionavam o encontro do rei com os representantes dos corpos que compunham a sociedade, como se explica no primeiro capítulo. Ao convocá-las, o rei cumpria um dever, o de «escutar os corpos do Reino», e os corpos viam consagrado um direito, o de «tomar parte no governo, através dos seus representantes» (p. 23). A decisão tomada em cortes era tida como a que melhor garantia o «bem comum», designando esta expressão «a manutenção dos ancestrais equilíbrios entre os diversos corpos do Reino» (p. 25). E tudo isto fazia sentido numa sociedade politicamente «plural, policêntrica, descentralizada», que se descrevia a si própria como «um conjunto de pessoas inseridas em corporações, em entidades colectivas portadoras de direitos, de prerrogativas e de deveres» (p. 22) e onde a jurisdição real era «uma entre muitas», apesar da sua «posição preeminente» (p. 14). Feita esta caracterização, o autor explicita melhor o que as cortes não eram nem podiam ser. Não eram um local de consumação das ambições centralizadoras do rei: nas cortes depara-se-nos antes uma «estreita colaboração» entre um rei que procurava «desenvolver o seu projecto político, mantendo ou alterando o mínimo possível os equilíbrios jurís-

dicionais» e as «diversas partes da sociedade» (p. 14). Não as inspirava qualquer ideia de soberania popular: quem tinha assento nas cortes não eram os representantes do «povo» (então conotado como um «aglomerado desorganizado de pessoas» sem «capacidade para ajuizar correctamente matérias de importância geral», p. 34), mas os representantes dos diversos corpos que compunham a sociedade, seleccionados — era para essa acção que remetia a palavra eleição — entre a sua «parte melhor». Por outro lado, o Reino, que estes representavam, não era uma «comunidade integrada, homogénea, superior e diferente da soma das suas partes» (p. 34), mas antes uma entidade plural, «um agregado multifacetado e heterogéneo de corpos jurisdicionalmente diferentes e autónomos» (p. 34). Finalmente, o programa político que nas cortes se prosseguia está longe dos que inspiram as actuais instituições representativas: as cortes, exactamente porque representavam «interesses corporativos», tinham como fim «preservar incólumes os direitos e prerrogativas de cada um dos corpos» sociais» (p. 20).

É, no entanto, com a descodificação do programa cerimonial das cortes, no segundo capítulo, que o autor nos oferece uma leitura mais rica do fenómeno das cortes, da sua complexidade e polissemia, das tensões que o atravessavam. As cortes surgem-nos ali como um local de intensa comunicação política. Através de um dispositivo cerimonial minuciosa-

mente estudado — e com tendência a cristalizar-se e a reproduzir-se em cada evento —, aqueles que as organizavam, rei e oficiais, esforçavam-se por controlar tudo o que se via (mediante uma escolha cuidada dos elementos cenográficos e iconográficos, evocativos de temas apropriados, como os da «justiça» e «prudência», qualidades do «rei virtuoso»); o que se dizia (mediante uma selecção rigorosa dos oradores e das peças oratórias); o lugar que cada um dos participantes ocupava (numa hierarquia definida em função da proximidade física à pessoa do rei, que tornava visível a «verdadeira» ordem social); o tempo de exposição da pessoa régia; os próprios gestos. Em todos estes elementos o autor descobre uma mensagem de harmonia e de consenso político («a imagem que quase permanentemente estava presente era a de um estilo de governo participado, no qual tomavam parte activa as diferentes entidades que compunham o corpo social; era também a imagem do rei que respeitava os direitos ancestralmente adquiridos pelas diversas partes dessa sociedade corporativa; era a imagem do relacionamento harmonioso das suas diversas partes; era, por fim, a imagem do rei que escutava os seus vassallos, procurando resolver os seus problemas como se de um pai se tratasse», p. 76). Esta mensagem era reforçada pela componente religiosa e emocional do evento: nas cortes os representantes do Reino plural concretizavam também uma unidade — a «união mística dos vários corpos do

Reino» (p. 32); além disso, a convocação de cortes era a «melhor prova de amor que o rei podia dar, uma vez que a maneira ideal de manifestar esse afecto era mediante a presença, a proximidade [...] entre o rei e os seus vassallos» (p. 79). Esperava-se — e aqui o autor recorda os propósitos mais imediatos da reunião em cortes — que os vassallos, por sua vez, «estivessem dispostos a ceder, por amor ao rei, parte do seu património sobre a forma das exações que deviam ser aí aprovadas»; uma «contradáviva» amorosa... (p. 80).

Partindo desta percepção das cerimónias «enquanto instrumento de consenso e de pacificação social», o autor chega, contudo, a uma concepção do ritual onde «celebração e dissensão coexistem lado a lado», dando-nos a conhecer, em poucas mas muito sugestivas (e até divertidas) páginas, outras facetas da realidade que quer reconstituir. Nas cerimónias, como sublinha, todos se empenhavam numa «troca ritualizada de mensagens» que os organizadores tinham dificuldade em controlar e cujo conteúdo não era sempre pacífico. Muitos aproveitavam a ocasião para manifestar «publicamente a sua dissensão ou o seu descontentamento contra qualquer aspecto do processo político» (p. 85) por meio de uma apropriação criativa dos recursos cerimoniais ou até da subversão do cerimonial (a ponto de este poder produzir efeitos contrários às intenções dos seus promotores). A rigidez do guião podia ser, por exemplo, discretamente inter-

rompida por pequenas mas muito significativas alterações quanto à posição dos diversos participantes da nobreza, uma forma de publicitação da situação de predomínio de determinada facção palaciana. Tais alterações, por sua vez, podiam estar na origem de conflitos que, radicalizando-se, podiam levar à não comparência de figuras convocadas, uma forma de «fuga» ao guião por parte daqueles que recusavam «a posição social atribuída pelo lugar a ocupar na ordem das preeminências», explica-nos o autor (p. 86). A forma mais radical de manifestar descontentamento era a pura desobediência. Mais do que uma vez o autor se refere ao comportamento subversivo dos duques de Bragança nas cortes organizadas pelos monarcas filipinos e ao seu significado.

Em suma, «tomar parte na cerimónia» não significava «estar de acordo com a mensagem que era aí transmitida, e este dado obriga a encarar as cerimónias como uma composição polifónica, obriga a escutar essas várias vozes e sensibilidades capazes de se insinuar por dentro da comemoração régia e oficial» através de «imagens — verbais e pictóricas — eivadas de reivindicações e de advertências» (p. 90). Por isso mesmo, «rituais como as cortes, ao invés de desempenharem uma função integradora e pacificadora podiam, pelo contrário, provocar a radicalização de conflitos ou de tensões até aí apenas latentes» (p. 91).

A maior parte deste livro é consagrado à descrição do lugar das cortes

na sociedade corporativa. As tensões e os conflitos de que se fala são o reflexo de uma concorrência que tem por fim a obtenção do melhor lugar possível dentro desse sistema. Mas as cortes podiam também transformar-se em local de descrença em relação ao sistema, em lugar de actualização de pontos de vista críticos. Em relação a esta questão — a da recepção das mensagens e dos seus «efeitos» —, o autor assume, em algumas passagens, um evidente optimismo («Por muito que a recepção daquilo que planeavam lhes escapasse [...] a apresentação do monarca ‘em majestade’ acabava por surtir, quase seguramente, algum efeito...», p. 88), um optimismo que partilha com alguns coetâneos. São notáveis, a esse propósito, as palavras, que cita, de François de Sales, para quem as imagens «ont une efficace incroyable à bien éclairer l’entendement et à émouvoir la volonté». Noutras passagens, contudo, ele coloca-nos perante um conjunto de hipóteses das quais se deduz a probabilidade de descrença em relação a tudo o que ali se passava. Por um lado, considera a possibilidade de o potencial pacificador da cerimónia ser atenuado pelo facto de nela se pôr em cena uma «visão da sociedade» favorável aos grupos dominantes (o que suscitaria olhares críticos entre os «dominados»). Por outro, admite que uma «parte crescente dos intervenientes» não se conformasse com o lugar ou papel atribuído numa cerimónia onde se formalizavam posições sociais «com base numa representação

ancestral — a representação dos três estados — que não contemplava muitos dos grupos sócio-profissionais surgidos durante a época moderna e que encontravam lugares activos em outros eventos daquele período» (p. 89). Consagrava-se, portanto, a exclusão de grupos sociais «conscientes» da sua importância social crescente. Por fim, surpreende-nos ao sugerir que «as imagens postas em cena em cada celebração das cortes podiam já não ser totalmente do agrado dos organizadores da solenidade», porque «a reunião de cortes e a sua insistência veemente num governo partilhado entre o rei e um grupo alargado de representantes do Reino não se articulavam bem com os caminhos que a política seguiu a partir dos últimos anos do século xvii em Portugal, numa altura em que ganhava terreno um estilo de governação que apontava para a concentração da capacidade decisória e para a restrição do grupo de dirigentes». Ou seja, a tensão (a que o autor se vinha referindo desde o início do livro) entre uma maneira mais tradicional (participada, lenta, imprevisível, evocando imagens «pactistas» sobre o poder) e uma maneira mais «política» (mais «activa», mais eficaz do ponto de vista dos desígnios da Coroa) de encarar a governação resolvera-se a favor desta última, explicando isso, primeiro, a perda de relevância política das cortes (uma conclusão a que podemos chegar com a leitura do capítulo iii, «As atribuições governativas das cortes») e, por fim, o seu (relativamente paci-

fico) desaparecimento em finais de Seiscentos.

Nesta reconstituição do universo cultural que envolvia as cortes seiscentistas foi, sem dúvida, o modo como era «recebido, compreendido e interpretado» (p. 87) o cerimonial das cortes que ficou menos tratado. É certo que, em relação ao tema da recepção, o autor não se limita a colocar hipóteses. Pelo contrário, dá conta da existência de (muito poucos) textos que traduzem uma recepção contraditória com a imagem com que os promotores da solenidade pretendiam ofuscar as «vontades». Textos onde se ridicularizavam os exageros gestuais e onde se dessacralizava o evento, descrevendo-o de forma prosaica, «quase desprovido do sentido elevado que os promotores desse evento se esforçavam por transmitir» (p. 89). Mas seria importante tentar saber mais sobre essas «vontades» que as imagens faziam esmorecer. Saber mais sobre textos desta natureza (nomeadamente sobre quem os produziu e porquê) e procurar outros onde, ainda que indirectamente, se pudesse recolher o mesmo tipo de informação. Por fim, tentar, a partir dessa informação, chegar a uma tipologia dos participantes organizada em função da(s) respectiva(s) recepção(ões). É que, por tudo o que foi exposto, também deste ponto de vista não pode falar-se dos participantes «em bloco». Havia desde logo essa divisão fundamental, do ponto de vista da recepção, entre aqueles participantes que, como o

autor a certa altura refere, eram «especialistas» na descodificação das imagens que lhes eram propostas durante o cerimonial — o que os colocava numa excelente posição para lidarem com essas imagens e para produzirem «contra-imagens» — e aqueles que não só tinham dificuldade em descodificar o que viam, como não eram capazes de «criar» imagens que lhes fossem favoráveis; aqueles que não conheciam a linguagem das cortes e, por isso, não podiam valer-se dela, mas cuja presença, apesar de tudo, se pressente quando, no capítulo em que o autor analisa os recursos retóricos e estilísticos mobilizados nas petições (capítulo IV, «A interpretação do discurso peticionário»), dá conta daquelas que, por se considerarem indignas de serem apresentadas à assembleia, ficavam sem resposta. Um estudo exaustivo do fenómeno da recepção facilitaria, possivelmente, o estabelecimento de muitas outras distinções.

Interessante também — mas ainda mais difícil — seria saber como imaginavam as cortes aqueles que nem assistiam a elas, nem aí estavam representados, mas que ouviam falar da sua reunião. Os que não integravam os «notáveis da governança» e que, por isso, nunca seriam procuradores nas cortes, mas com cujos tributos se financiava a presença do procurador num órgão político cujas decisões, para mais, tinham um impacto local bastante reduzido.